

0. DEZ. 1975

Poder Popular

Director: Fernando Ribeiro Mendes

Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 18 (Nova Série) 18/24 de Novembro de 1975



**VIVA
A REPÚBLICA
POPULAR**



DE ANGOLA

**luta nos campos • construção civil
Angola • comissões de soldados
manifestação domingo • vestuário
Gramsci e a questão camponesa**



Lisboa A REACÇÃO QUER-SE ACOMODAR NA CÂMARA

Na passada quinta-feira, 13 de Novembro, oito dos doze membros da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, renunciaram aos seus cargos (PS e PPD).

No dia seguinte, alguns trabalhadores, sem qualquer espécie de reuniões ou plenário para discussão do assunto, manipulados pelos directores de serviços, chefes de repartição e altos funcionários bem como pelo vice-presidente da C. A. tenente-coronel Maia (PPD, reconhecida reaccionário), que antes do 25/Abril «trabalhava» já na corrupta Direcção de Serviços de Urbanização (aliás uma das fontes da actual movimentação), encerraram os serviços municipais procurando transformar, por uma pretensa greve, em conflito laboral aquilo que não passa de afrontamentos políticos dentro da Câmara e que se inserem na actual situação política que o nosso país vive.

O povo da região de Lisboa sabe bem como na Câmara tudo continua na mesma: não houve saneamentos e a estrutura camarária, burocrática e corrompida, permanece incapaz de servir a população da cidade.

E o que é certo é que a Comissão Administrativa, apesar deste estado de coisas, não conseguiu ainda fazer nada. Nem o conseguirá, enquanto tal. Algumas iniciativas suas (ver por ex. o projecto de reestruturação da administração da CML), pelo seu cunho de índole reformista, condenam-se a si próprias ao fracasso.

É que a burocracia e o emperramento próprios de uma estrutura como as Câmaras são incapazes de decidir sobre os problemas reais dos trabalhadores portugueses.

Só quando submetidas à intervenção do povo trabalhador através dos seus órgãos de poder popular poderão dar alguma contribuição ao melhoramento do quotidiano do povo, até acabarem por ser desnecessárias, como órgãos do aparelho de Estado burguês que são, até à criação da Assembleia Popular do concelho de Lisboa.

Sobre a iniciativa que referimos da C. A. para o início de um processo de reestruturação, com relevo para a criação, de forma completamente incorrecta, de um conselho municipal que nunca poderá ser expressão de poder popular e que é pretexto para a iniciativa PS-PPD («agora querem entregar a Câmara ao povo!»), de sob a capa de um assunto laboral (é falsa a questão de os dinheiros para obras atribuídos a juntas ou a comissões de moradores ir tirar o 13.º mês aos trabalhadores camarários), prepararem a rejeição por princípio de qualquer alargamento, consequente ou não, para a intervenção das populações nos assuntos e deliberações da Câmara, nos debruçaremos na próxima semana.

PORTO O carnaval da direita

No Porto durante a semana finda **prosseguiu o Carnaval da direita**. A cidade voltou a assistir a cenas que Pires Veloso deve ter considerado edificantes, a avaliar pela sua mais que evidente cumplicidade e de que foram protagonistas as habituais «maiorias» ou seja ELP, PPD, CDS, MDLP, PS, retornados e outros

Concretizando podemos adiantar que para além dos já habituais atentados bombistas, começaram agora a surgir ultimatums a militantes de partidos e organizações de esquerda a quem são dados prazos para abandonar a cidade.

Finalmente na madrugada de 6.ª feira, fascistas destruíram as instalações da União dos Sindicatos do Porto, assaltaram uma das sedes da U. E. C. e invadiram o Rádio Clube Português. A tudo isto Pires Veloso e os seus rapazes assistiram impávidos. Deve até acentuar-se que ao brigadeiro cabe quota parte das responsabilidades do sucedido por ter nessa mesma noite, quando se dirigia a umas 3 000 «maiorias» — que foi o que se pôde arranjar depois de uma tarde inteira de ensurdecedores e ultra-dramáticos apelos à defesa da «jovem democracia portuguesa» — ter proferido afirmações que constituíram autêntica e objectiva instigação à violência reaccionária. E foi o que aconteceu.

Entretanto o inefável

campeão desta «via original» — Mário Soares, numa entrevista concedida ao órgão central do MDLP — o jornal «Comércio do Porto» — chamava a esta escalada terrorista «massas enfurecidas» e comparava-a com a luta dos trabalhadores da construção civil. Para ele, portanto, bandos de fascistas e trabalhadores em luta são uma e a mesma coisa, o que aliás está de acordo com a sua defesa intransigente da social-democracia e do imperialismo e com o aval que dá a atentados de carácter anarco-bombista como foi o caso da destruição da Rádio Renascença.

Outro exemplo ainda da parcialidade com que actuam os rapazes Pires Veloso foi-nos dado na Faculdade de Engenharia do Porto.

Em plenário, os estudantes aprovaram uma moção de solidariedade para com o heróico povo angolano e o MPLA. Em resultado dessa moção, afixaram na frontaria do edifício, cartazes alusivos à data de 11 de Novembro. Um grupo de retornados contudo, achou por bem dirigir-se à Faculdade de Engenharia e «exigir» a retirada dos cartazes. Pacientemente os estudantes explicaram que se tratava da decisão de um plenário, que tinham o direito de dentro da escola tomarem as diligências que muito bem entendessem. Em resposta os retornados desataram a apedregar o edifício procurando forçar a entrada. Deu-se

imediatamente conhecimento às autoridades militares e veio a PM.

E que fez então a PM? Disperçou os arruaceiros como parecia elemtar? Não, nada disso, depois de ter parlatado com ambas as partes chegou à conclusão que os cartazes constituíam uma «provoção» aos retornados e aconselhou os estudantes a retirarem-nos.

Tudo isto vem a propósito do momento político-militar. A burguesia está a preparar activamente um golpe que lhe permita sustentar a ofensiva popular e instaurar um regime de opressão e violência a que certamente chamaria socialista e pluralista, mas que a curto prazo iria desembocar no fascismo.

É na perspectiva desse golpe suicida que os Carneiros, Soares e C.ª abalaram de Lisboa e desataram a fazer manifestações históricas no Porto, Penafiel, Viseu e por aí fora.

Por onde passam dizem às pessoas que o País está à beira do caos, que os trabalhadores da construção civil foram manipulados pelas minorias, que no Sul reina a anarquia, que os comunistas são os culpados de tudo isto. Por outro lado, não hesitam em dizer que o Norte é que é revolucionário, que no Norte é que está o verdadeiro povo que trabalha, que no Norte é que existe ordem e disciplina, que querem o Governo no Norte, mais a Assembleia Constituinte e o almi-

rante amigo deles que mudando de ares talvez pudesse restabelecer-se da indigestão de betão e cimento armado que os operários da construção civil o fizeram engolir.

Pois em relação a tudo isto nós advertimos os soldados e o povo trabalhador do Norte que faz parte da jogada da burguesia **partir o País em dois e atirar o Norte contra o Sul**.

Nós dizemos que Norte e Sul são um só País que os interesses dos operários e camponeses onde quer que eles se encontrem são os mesmos pois são os interesses de todos os explorados e oprimidos. Dizer que o Norte é reaccionário é simplesmente ridículo, o que os revolucionários sabem é que as condições no Norte e no Sul são diferentes, que os condicionamentos históricos são diferentes e que por isso e só por isso, as situações são necessariamente diferentes. O resto não são mais do que variantes das aldrabices que os fascistas e sociais-democratas se fazem de propagandear.

Decisiva e decididamente nós dizemos **NÃO** à tentativa de partir o País em dois. E juntamente com os trabalhadores de todo o País daremos resposta adequada a manobras da burguesia por muito pluralistas que se apresentem e venham elas de onde vierem.

Para mal dela, também por aqui a burguesia vai ter algumas surpresas.



OPERÁRIOS E CAMPONESES, SOLDADOS E MARINHEIROS — UNIDOS VENCEREMOS

O PODER REVOLUCIONÁRIO

1. A luta de classes em Portugal atingiu uma fase em que se coloca a questão do poder. As forças sociais em jogo estão perfeitamente definidas em dois blocos antagónicos; a **sociedade portuguesa encontra-se numa fase de ruptura, na véspera de um novo salto qualitativo.**

A CRISE DO DOMÍNIO DA BURGUESIA

2. Os golpes vibrados no poder da burguesia (poder das colónias, nacionalizações, reforma agrária, ocupações de fábricas, de terras e de casas, deterioração das forças repressivas, desagregação do aparelho de ensino, etc.) tiram-lhe a capacidade de governar.

3. Mas a burguesia, que não foi ainda derrubada do poder, desenvolve todos os esforços para recuperar o terreno que foi obrigada a ceder e para ganhar capacidade que lhe permita impor o seu projecto de salvação do capitalismo. Conta para o efeito, com o poderoso auxílio do imperialismo mundial e designadamente do sub-imperialismo europeu.

4. Neste momento, os esforços da burguesia centram-se fundamentalmente na tentativa de refazer o seu aparelho repressivo: constituição do AMI, profissionalização das Forças Armadas, ataque às unidades militares e aos oficiais de esquerda, reforço da PSP.

5. Outra importante direcção em que o esforço de recuperação da burguesia se desenvolve situa-se ao nível ideológico. Reforçada a sua presença nos órgãos de Informação, a burguesia lança uma poderosa campanha ideológica centrada nas questões da ordem, da disciplina, no ataque às forças de esquerda revolucionária a quem acusa de favorecer a contra-revolução, na ausência de alternativa ao VI Governo, etc. Esta ofensiva ideológica visa sobretudo dar cobertura aos esforços de reconstrução do aparelho repressivo burguês.

6. Caso a burguesia consiga refazer aquele aparelho, o seu poder ficará substancialmente reforçado e terá possibilidades de encetar um processo de recuperação rápida, ainda que não abrupta, do terreno perdido do 25 de Abril até hoje. O caminho para a implantação de um capitalismo autoritário, tipo fascista, estará aberto.

7. A crise de domínio da burguesia está no seu ponto mais alto ou muito perto disso. A partir daqui a situação não se poderá arrastar por muito mais tempo: ou a burguesia é derrubada do poder ou a recuperação do seu domínio de classe será um facto a curto prazo.

8. Tal recuperação exige, num país como o nosso, o recurso à repressão violenta dos trabalhadores e o ataque sistemático às suas organizações de classe, o que de modo algum é compatível com o regime de democracia burguesa envolvendo liberdades públicas.

9. A reconstrução do aparelho repressivo burguês marcará o início da repressão referida acima e, concretizada esta, a Revolução Socialista achar-se-á perdida para os tempos mais próximos e até muito provavelmente adiada para tempos distantes.

A OFENSIVA POPULAR

10. Do 25 de Abril até à actualidade as classes trabalhadoras avançaram a passos largos e rápidos no que respeita à sua organização e consciência de classe.

11. O papel dirigente da classe operária em relação às outras classes ou fracções de classe dominadas foi-se afirmando progressivamente e é hoje uma incontestável realidade, se bem que ainda não suficientemente consolidada.

As dezoito teses seguintes fazem parte de um documento de conclusões dos trabalhos da 5.ª Assembleia Nacional de Militantes do MES de 1 e 2 de Novembro. Integrandose no debate preparatório do II Congresso da nossa organização, oferecem essas conclusões material de estudo fundamental para o nosso trabalho militante. Em próximos números divulgaremos outros documentos de conclusões dessa Assembleia.

12. É este estado de avanço na organização e na consciência dos explorados e oprimidos que explica a poderosa ofensiva popular em curso.

13. O elemento que melhor revela o avanço referido e, simultaneamente, melhor traduz a crise de domínio da burguesia é o elemento militar. Na verdade, quando os soldados e marinheiros são capazes de pôr em causa a disciplina militarista burguesa, avançam a passos largos na sua organização autónoma e colocam-se cada vez mais decididamente ao lado dos seus irmãos trabalhadores e quando, ao mesmo tempo, um conjunto ainda considerável de oficiais optam por estar ao lado dos soldados e dos trabalhadores, isso representa a indelével desagregação do mais forte bastião do poder burguês e reflecte o poder ofensivo das classes trabalhadoras. É uma verdade comprovada pela história que, quando os soldados são ganhos para o projecto revolucionário, a revolução está bem próxima.

14. Para que a ofensiva popular possa ser levada à vitória, é indispensável que o estado de organização e de consciência da classe operária e dos seus aliados dê novos e importantes passos em frente.

15. A fase que vivemos caracteriza-se precisamente pela possibilidade de concretizar tais saltos em frente a muito curto prazo.

16. Assim, ao nível das organizações de massa, acham-se reunidas as condições para generalizar os órgãos de poder popular, reforçar a sua capacidade e, sobretudo, aumentar o grau de coordenação respectiva através da formação de assembleias do poder popular, de secretariados ou de comités de

luta. **Avançar decisivamente no aprofundamento da dualidade de poderes está ao imediato alcance dos trabalhadores.** E é a questão mais importante para o avanço da ofensiva popular em direcção ao poder.

17. Ao nível da organização política, também se têm registado consideráveis avanços. A criação da FJR representa sem dúvida o mais importante. Há que reconhecer, todavia, que o caminho para a unificação e coordenação das forças políticas de esquerda e dos militantes revolucionários ainda



se encontra numa fase relativamente atrasada. Em contrapartida, é manifesto já existir amadurecimento suficiente para o processo poder vir a ser fortemente acelerado face às exigências objectivas da própria realidade.

18. A vanguarda de classe capaz de dirigir o processo revolucionário até às suas últimas consequências está em gestação e irá sendo formada através do avanço articulado de três linhas de organização: ao nível de massas, ao nível político e ao nível militar.

ASSINATURA

Poder Popular

6 meses 100\$00

12 meses 200\$00

apoio 400\$00

estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Profissão _____

ENVIO CHEQUE N.º _____ BANCO _____

ENVIO VALE DE CORREIO N.º _____

JORNAL SEMANAL — todas as 4.ªs feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção
Av. D. Carlos I - 128, Lisboa
telefone 66 26 83

Composição e impressão
Renascença Gráfica S.A.R.L.
Rua Luz Soriano, 44 Lisboa

CONSTRUÇÃO CIVIL EM LUTA



Em número de alguns milhares, deve ter constituído a maior manifestação operária realizada na capital do Baixo Alentejo.

Um exército operário impressionante, com seus capacetes e fardas de trabalho, percorreu longamente as ruas da cidade até ao Estádio Municipal, tendo aí usado da palavra operários da construção civil, representantes dos órgãos de Poder Popular, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e da Delegação de Beja do Ministério do Trabalho, em frente da qual a manifestação se havia já detido, no trajecto que a levou ao Estádio.

Das janelas desta delegação que, contrariamente ao estabelecido pelo Ministério, cumpriu o seu horário de trabalho normal, o subdelegado, após convidar os operários a subir, falou-lhes, referindo que quando se tem medo dos operários é porque se está do lado dos patrões. Em Beja, os trabalhadores haviam decidido abrir. Sabiam que viriam ali trabalhadores e o Ministério do Trabalho destina-se a servir os seus interesses e não os da burguesia.

Nessa tarde, os operários deram a resposta devida a quem grita: «Disciplina!». A disciplina (proletária) esteve nas ruas de Beja.

Onde diabo se viu operários destruir o que produzem? A burguesia — que não constrói — é que manda destruir.

VIANA DO CASTELO

Após a manifestação dos operários da construção civil que se concentraram em frente ao seu sindicato, onde gritaram palavras de ordem como: «a greve é justa», «viva a classe operária», «nem Norte, nem Sul — somos todos Portugal», «abaixo o divisionismo sindical», «construímos prédios, vivemos em baracas», «o contrato colectivo de trabalho vertical cá para fora, já», e onde a comissão de luta explicou o que reivindicavam e ainda porque é que o sindicato não tinha aderido à greve falámos com dois camaradas da comissão de luta. Um camarada relatou como se desencadeou a greve após decisão contrária do sindicato: «Os trabalhadores da Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários entraram em greve na segunda-feira porque tivemos conhecimento que o Sul tinha entrado em greve, reivindicando a aprovação do Contrato Colectivo Vertical tal como tinha sido aprovado pelo sindicato. A entrada imediata em greve foi tomada porque a consideramos justa e foi aprovada em ple-

nário.»

Várias empresas contactadas como a Engil, Soares da Costa, Sopinta, Aires Moreira e ainda trabalhadores de outras empresas afirmaram a disposição de aderirem à greve e — continuou o referido camarada — «achamos que devíamos aderir para evitar mais divisões entre o Norte e o Sul». **A não aderência por parte do sindicato deve-se a manobras da direcção e seu presidente.**

Foi opinião generalizada dos trabalhadores presentes na manifestação que a actual direcção do sindicato da construção civil de Viana do Castelo não é representativa da vontade dos trabalhadores e portanto têm de avançar com novas formas de luta para a depôr uma vez que ela em vez de defender os interesses da classe os trai. E continuou o 1.º trabalhador: «sabemos que temos de ultrapassar os estágios das reivindicações económicas e entrar na fase da reivindicação política.

Os trabalhadores em manifestação tinham-se dirigido para a dele-

gação do Ministério do Trabalho na «esperança débil» de encontrar lá alguém com quem dialogar directamente; como estava encerrado dirigiram-se para o Governo Civil, onde uma delegação aí eleita pelos trabalhadores, se encontrou com o Governador Civil.

Foram informados de que a direcção do sindicato já tinha contactado com o Governador Civil, tendo-o informado que não adeririam à greve mas que exigiam o contrato vertical. **Os trabalhadores acharam essa posição incorrecta e comodista.** A este respeito os trabalhadores consideram que «o Governo Civil não tem nada a ver com os trabalhadores nem com o sindicato. Os sindicatos não têm que andar a bater à porta dos governos civis para resolver os problemas dos trabalhadores. Os sindicatos devem sim ser a expressão da nossa vontade e o braço executor da vontade dos trabalhadores». Para além de considerarem a posição do sindicato uma manobra divisionista disseram também «os nossos camaradas do Sul não têm obrigação de lutar sozinho, por causas que também nos dizem respeito e ainda porque

uma atitude dessas vem cavar fossos profundos entre o Sul e o Norte, dando uma imagem errada dos trabalhadores do Norte, dividindo-os ainda mais». Um camarada trabalhador da Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários informou-nos que «foi formada uma comissão de luta que procura informar e esclarecer todos os trabalhadores não só da companhia mas também de outras empresas, dos objectivos da greve, da importância da luta e também sobre manobras e calúnias do sindicato». Afirmou nomeadamente: «houve uma série de calúnias lançadas contra nós, que tivemos o cuidado de esclarecer com o Governador Civil que nós julgamos ser o representante do Governo Central aqui em Viana. Dissémos-lhe que não queremos derrubar o 6.º Governo, nem o 7.º, nem o 8.º. Isso não nos interessa. **O que nós sabemos é que enquanto não tivermos um Governo representativo do povo trabalhador,** posto lá pelo povo trabalhador, temos de travar uma luta cada vez mais dura e mais violenta. Para já queremos que saia dos gabinetes desse Governo o CCT vertical dos trabalhadores da construção civil.»

TRABALHADORES DO VESTUÁRIO EM LUTA

A política antioperária do VI Governo não resulta do facto de nele terem lugar este ou aquele estupro, este ou aquele incompetente.

Se o P. P. D., menos P. P. D., mais Azevedo é cretino e mal educado não vamos acreditar que a sua substituição por um outro P. P. D. qualquer, mais inteligente e elegante, nos traga, a nós operários, uma política favorável.

Mais P. P. D., menos P. P. D., mais Azevedo menos Azevedo, com um Governo, qualquer que ele seja, que queira conciliar interesses de classe opostos mantendo as relações de produção ca-

pitalistas, o resultado é idêntico — uma política antioperária.

Salvar o capitalismo como via original para o socialismo são teorias que só podem nascer do chocalhar de bochechas do dr. Mário Soares.

A política antioperária do Governo burguês só pode ser substituída por uma política favorável ao movimento operário se ele próprio for substituído por um Governo Revolucionário assente num programa claramente revolucionário e não em negociações e acordos entre políticos que mais não podem fazer do que degladiarem-se entre si, arrastando... indefinida-

mente a miséria e a exploração dos trabalhadores e reforçando com isso as forças de direita.

Os grandes passos da contra-revolução estão-se a dar. A grande tentativa de reconversão capitalista da economia está em marcha. O VI Governo é o executor desse projecto.

No sector do Vestuário, onde os operários conquistaram um acordo colectivo de trabalho cujos benefícios são cada vez mais reduzidos pelo aumento do custo de vida, apanham agora pela frente com uma portaria do Governo que decreta a redução dos vencimentos acordados, nas empresas de confecção por medida com menos de 10 operários, o que vai abranger a maioria dos trabalhadores do sector.

É clara a opção do Governo. **Entre uma recon-**

versão socialista da economia e salvação do patronato à custa dos trabalhadores, a burguesia não tem dúvida — que pague os que trabalham para que durem os que exploram!

É evidente que decretos e portarias antioperárias deste tipo, não passam para os trabalhadores de «bocas» da reacção. Fazê-las cumprir não será tão fácil como fazê-las publicar.

Para isso quer o VI Governo o seu A. M. I.

Contra os governos da burguesia e os seus A. M. I.'s teremos nós de construir um poder nosso, popular, organizado e armado.

Não ficaremos quietos, nós trabalhadores dos sectores têxtil e do Vestuário, como o não ficaram nem ficarão os operários agrícolas, da metalurgia e construção

civil. **Responderemos tacco a tacco à reacção!**

No Norte os reaccionários acabam de despedir do seu local de trabalho dois dirigentes do Sindicato dos Lanifícios do Norte. A reacção põe descaradamente a cabeça de fora. É altura de lha cortarmos!

Conjuguem os as forças neste sentido.

Os trabalhadores do Sul dos sectores de Lanifícios, Vestuário e Têxteis, já decidiram em reunião geral de sócios do seu Sindicato apoiar activamente os seus camaradas do Norte.

Ficou assente provisoriamente que, caso a reintegração dos camaradas despedidos não se efectue imediatamente, seja decidida uma greve geral em todo o sector e desencadeado o boicote às encomendas para aquela firma.

Estas propostas, aprovadas em reunião geral, vão ser levadas à prática nas fábricas onde também se vão iniciar amplas discussões acerca do controlo operário e da reconversão do sector, com base no chamado «Documento de Ofir», escrito e já discutido nos sindicatos do ramo.

Esta vinda às bases operárias para discussão dos seus próprios assuntos, decerto unificará e fortalecerá a classe à volta da discussão democrática dos seus problemas concretos, que são no fundo os problemas da Revolução.

Fortalecendo-nos assim, enfraqueceremos o poder burgues e a força do patronato. **Teremos força para impor um Governo Revolucionário, armando e reforçando o poder popular.**

a situação actual

DA LUTA DE CLASSES NOS CAMPOS

do, às herdades controladas pelos trabalhadores são decisivas para que a Reforma Agrária vá para a frente.

Face a isto, como tem actuado o VI Governo, o tal que dizem ser a única alternativa possível?

Desde que tomou posse:

— não foi legalizada mais nenhuma ocupação de terras abrangidas pela lei da R.A.;

— o crédito foi centralizado nas mãos do ministro da Agricultura, primeira medida de controlo sobre as herdades colectivas e as cooperativas;

— começou o saneamento dos técnicos progressistas dos Centros de Reforma Agrária, como foi o caso do director e subdirector do Centro Regional de Reforma Agrária de Portalegre;

— tenta-se subalternizar a importância técnica e política dos C.R.R.A. projectando a sua desarticulação numa série de departamentos directamente dependentes do Ministério da Agricultura;

— nada se faz para nacionalizar o comércio interno, continuando assim a produção agrícola dependente dos intermediários capitalistas.

É claro que outra coisa não seria de esperar de um Governo vendido aos interesses do capitalismo nacional e internacional. Por isso mesmo, a sua tática em relação à Reforma Agrária está, como não podia deixar de ser, articulada com a

actuação dos latifundiários e da burguesia agrária, e dos partidos que os defendem: CDS, PPD, PS, ELP.

A actuação reaccionária tem-se desenvolvendo em vários campos:

— a **Imprensa burguesa** tem lançado toda a espécie de calúnias sobre a luta dos trabalhadores rurais, qualificando as expropriações, de ocupações selvagens e de roubos;

— **comandos fascistas** têm ameaçado e lançado bombas contra instalações, militantes sindicais e sedes de partidos de esquerda;

— os **grandes agrários** tem-se aproveitado do legítimo descontamento dos pequenos agricultores, para os lançarem em manifestações reaccionárias contra os assalariados rurais, como aconteceu em Beja, Santiago do Cacém e Santarém.

— a mais descarada

sabotagem económica é praticada pelos grandes senhores da terra, que vai desde a não requisição de sementes e destruição de colheitas até ao abate indiscriminado do gado e venda do parque de máquinas.

Tudo isto vem mostrar que a **luta de classes nos campos entrou numa nova fase**. A ofensiva que os trabalhadores rurais lançaram logo a partir do 25 de Abril e até hoje, as forças reaccionárias começaram a responder de uma forma sistematizada. Assiste-se neste momento ao reagrupamento e reorganização das forças capitalistas dirigidas pelo PS fundamentalmente e pelo PPD. No entanto a grande burguesia agrária e os latifundiários não são uma força social para suportar tal resposta aos assalariados rurais. Foi a entrada em cena dos pequenos agricultores

quem introduziu dados novos na situação.

A inexistência de um projecto político unificado de luta do proletariado rural com o campesinato pobre, e de organizações capazes de o levar à prática, está a tornar estas últimas presas fáceis daqueles que pretendem restabelecer o domínio do capital nos nossos campos.

Os objectivos de luta que permitam criar condições mais favoráveis ao avanço da Reforma Agrária são portanto os mesmos que irão favorecer o avanço do processo revolucionário. **A queda do VI Governo de salvação do capital, a formação de um Governo de Unidade Revolucionária e reforço do Poder Popular nos campos são neste momento objectivos de luta e condições indispensáveis para fazer triunfar a Reforma Agrária.**

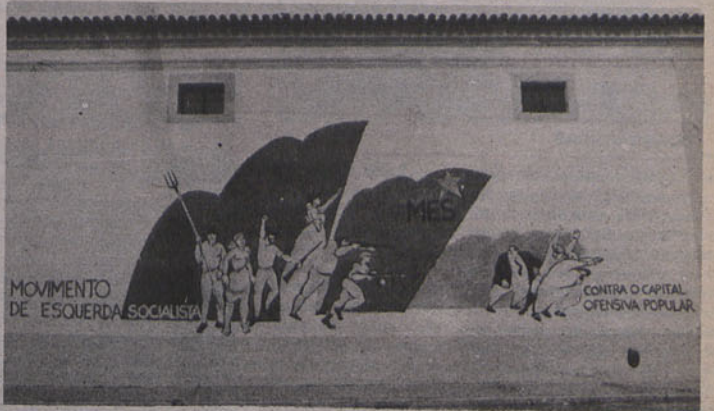


As lutas dos trabalhadores rurais, do Alentejo e Ribatejo, ganharam uma nova expressão após o 25 de Abril. As possibilidades abertas nesta data, conduziram a uma crescente organização das lutas das massas exploradas dos campos, que se foram cifrando por sucessivas vitórias contra a burguesia e proprietários fundiários. É assim que se assiste às grandes mobilizações que pressionaram a negociação dos contratos colectivos de trabalho e a colocação de trabalhadores em herdades; é assim que se assiste ao avanço das ocupações, incidindo a princípio apenas sobre os incultos e subaproveitados e estendendo-se depois às grandes herdades intensamente aproveitadas. **O processo que se gerou pôs em causa não apenas os grandes proprietários absentistas que há muito haviam abandonado a exploração intensiva das terras, como também todo**

o sector dos empresários agrícolas modernizados, que exploravam herdades altamente capitalizadas. Disso mesmo é reflexo a própria lei da Reforma Agrária, imposta pelo avanço da luta dos trabalhadores, que sujeitando à expropriação não apenas as explorações agrícolas subaproveitadas, mas todas aquelas que somem num total mais de 50.000 pontos, constitui o instrumento legal de apropriação do sector mais capitalizado da agricultura.

Os latifundiários já não são donos da maioria das terras; é portanto aos trabalhadores que cabe organizarem a produção e criarem entre eles relações sociais, que já não são entre assalariados contra patrões mas sim entre cooperantes, numa sociedade que se pretende em direcção ao socialismo.

É agora que a resolução dos problemas de auxílio técnico e financeiro, por parte do Esta-



um mural do MES em CUBA (Alentejo)

BEJA uma das maiores manifestações de trabalhadores rurais



Respondendo à convocatória do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, a que aderiram muitos órgãos de Poder Popular, sindicatos e forças progressistas e revolucionárias, muitas dezenas de milhares de trabalhadores rurais, operários e outros trabalhadores concentraram-se no dia seguinte no mesmo estádio, a partir das três da tarde.

Esta deve ter sido também uma das maiores concentrações de trabalhadores verificadas até à data em terras do Alentejo. A sua disposição de luta era evidente. Mas que luta pretendia travar a direcção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, fazendo aparecer ali, além de Otelo e Contreiras, outras «individualidades» em que os trabalhadores não depositam nenhuma confiança?

Que fazia ali, por exemplo, Pezarat Correia, aliás (bem) recebido com algumas assobiadelas adequadas?

Que estavam fazendo ali também representantes da GNR, PSP e comandos do RAB e da BA11?

Em compensação, não foi permitido que al-

guns representantes dos órgãos de Poder Popular usassem da palavra e os que o fizeram tiveram de ter primeiro as suas intervenções sujeitas a censura. Muito pouca unidade para uma manifestação «unitária»!

É verdade que fizeram os trabalhadores gritar «unidade». Mas unidade com quem? Com Pezarat Correia? Com a PSP? Com a GNR? Com o comando reaccionário da BA 11?

Fez-se apoiar também o MFA — mas qual MFA?

Gritou-se «Vasco» e «Otelo» muitas mais vezes do que «Poder Popular». Foi um operário da construção civil que pôs os pontos no ii: «o povo não tinha nada que estar com os generais, os generais é que tinham que estar com o povo».

Como dissemos, a disposição de luta dos trabalhadores esteve à vista.

A ofensiva popular, no Alentejo, em Portugal, aumentando dia-a-dia de intensidade, romperá decisivamente na luta a direcção reformista e esmagará o poder burguês.

MOMENTO POLÍTICO

Os últimos dias demonstram com particular clareza que as massas trabalhadoras não estão dispostas a deixar-se manejar por governantes que defendem os interesses do capital nacional e estrangeiro.

Na luta acesa em que estamos empenhados, tornam-se evidentes em cada momento os interesses antagónicos em jogo.

Os reacçãoários que dominam o Governo e o Conselho da Contra Revolução tentam sem descanso criar condições que permitam voltar ao tempo (que eles relembram com saudade) em que os trabalhadores trabalhavam «disciplinadamente» e não chateavam com reivindicações, em que a polícia de choque estava sempre pronta a calar à paulada quem usasse levantar o cabelo, em que a política era coisa para senhores bem falantes e de carteiros bem recheadas.

Os Pinheiros de Azevedo, os Melo Antunes, os Soares e Carneiros sempre ambicionaram ocupar os lugares destes senhores — e conseguiram-no.

Logo a revolução deveria acabar aqui!

Agora os trabalhadores deveriam passar a trabalhar mais por causa da crise (do capitalismo) nos

quartéis instaurar-se-ia a disciplina do antigamente (passando a obedecer-se cegamente aos oficiais reacçãoários). Todos confiariam no Soares, no Carneiro e no Azevedo que estes senhores é que sabem — assim é que era bonito, não era senhores governantes?

Carneiro teme que «o Poder caia na rua». O seu popular partido tem medo da rua, não quer misturas com o povo, esses brutos mal educados. Soares não quer o Poder Popular. É muito democrata, muito socialista, mas como os trabalhadores são uns analfabetos têm de ser representado (por ele, claro!). Já alguém disse desta «democracia» que é o sistema pelo qual os trabalhadores explorados escolhem «livremente» os políticos burgueses que há-de dirigir a sua própria exploração.

Uma coisa é certa. A burguesia conseguiu ocupar o Governo, mas não governa nem governará!

As massas trabalhadoras já compreenderam que nada têm a esperar dos actuais governantes. Estão dispostos a dar-lhes luta e a expulsá-los dos lugares que ocupam.

DUAS TÁCTICAS

Há fundamentalmente duas posições e perspectivas para esta luta contra a burguesia e seus governamentais representantes.

1. Há quem defenda que o papel dos trabalhadores consiste em mostrar a sua força em demonstrações públicas — greves simbólicas, manifestações simbólicas ou outras coisas simbólicas — para que tais acções sirvam de argumento a negociações com os políticos burgueses. Nestas negociações tentar-se-ia meter o maior número possível de elementos de esquerda nos órgãos do aparelho de Estado burguês. Esta é a posição do PCP

2. Há quem pense, ao contrário que só há um caminho para o socialismo — o fortalecimento e generalização do poder popular. Que o papel das massas trabalhadoras não consistem em mostrar, mas em utilizá-la contra os seus inimigos de classe. Não há que negociar e repartir o poder com a burguesia, mas antes arrebatá-lo, levando a ofensiva popular de massas até à vitória. Esta é a posição das forças revolucionárias. Esta é a perspectiva que o MES aponta.

Nos últimos acontecimentos estas duas posições estiveram permanentemente presentes e em choque.



CONSTRUÇÃO CIVIL CONTRATO VERTICAL CÁ PARA FORA JÁ! OU ... A 27 DE NOVEMBRO?

A luta dos operários da construção civil vem já de há longos meses. Até aqui as forças reformistas tinham conseguido opor-se com êxito a que o conflito rebentasse. Agora, e de acordo com a tática de «ofensiva controlada» que o PC neste momento desenvolve foi dada luz verde.

No entanto logo no comunicado em que convoca a greve a CUOCC (Comissão de Unidade Operária da Construção Civil) reflecte as contradições existentes. Ai se denunciava «a maioria das direcções dos sindicatos (entre elas a de Lisboa) que têm tido até este momento uma actuação profundamente negativa, preparando-se para assinar à última hora um acordo com Marcelo Curto».

A intenção de muitos dos delegados e dirigentes sindicais era também a de fazer da manifestação de 4.ª-feira uma jornada calma em que os trabalhadores mostrariam a sua força recolhendo depois pacatamente a casa.

Só que os trabalhadores já estão fartos de esperas e de adiamentos, já estão fartos de um Governo que só fala em socialismo e só

decreta exploração!

Entretanto os incompetentes governantes que nem sabem disfarçar o facto de defenderem os interesses da burguesia, muito ajudaram a elevar ao máximo a justa ira dos trabalhadores. O ministro Marcelo fechou a loja já que nada tinha para dizer aos operários. Só que mais esta provocação, que mostra bem quem é o ministro, não atrapalhou os trabalhadores. Impedidos de se manifestarem perante um ministro reacçãoário, desviaram o percurso para S. Bento onde há reacçãoários em muito maior quantidade.

Aí, a tentativa de discurso do almirante PPD acabou de acender os ânimos. Os operários não tinham esquecido o chorrilho de provocações feitas no domingo anterior no «Terreiro da Burguesia». Não admira que a recepção fosse calorosa: «palhaço! palhaço!». E quando o almirante mandou os operários à merda, a resposta destes não foi «só fumaça» como da outra vez!

Ficou decidido! Os operários só sairiam de S. Bento com o contrato assinado... ou com a demissão do

almirante. E até dar uma resposata ele não sairia dali!

Deste modo, quando os «representantes» dos trabalhadores, instalados na varanda pretenderam desmobilizar a manifestação, propondo que fosse aceite a proposta do Governo (negociação até dia 27, tabela salarial aceite e inquérito ao Ministério do Trabalho) foram vaiados cá abaixo com gritos de contrato cá para fora já! e «daqui ninguém arreda pé!»

Entretanto o palácio era convenientemente cercado de modo a impedir que o almirante fugisse. Os mesmos «representantes» voltaram a ver recordada, na manhã seguinte a proposta de deixar sair o almirante para ir reunir a Belém com os seus colegas governantes. Os trabalhadores não tinham ido a S. Bento tomar chá. Estavam ali na luta e não partiriam sem uma vitória! Aqui é que o PCP já não estava a gostar da festa — em comunicado criticava o «sequestro» dos deputados, furiosos com a disciplina dos operários que não queriam ir para casa esperar pelos favores dos senhores ministros. A força revolucionária dos operários estava a estragar-lhe a jogada. E a solidariedade de classe dos restantes explorados alastrava como fogo em lenha seca, ameaçando tornar aquela luta num conflito generalizado. Entretanto o ridículo almirante, que continua a pensar que é chefe do Governo (embora ninguém lhe obedeça...) não cedia.

Os negociadores tentaram então nova manobra de desmobilização. Desta vez resultou. Começaram

por gritar vitória! Vitória! Conseguimos! Conseguimos! Os trabalhadores não se aperceberam do logro. A «grande vitória» conseguida não era nem mais nem menos do que a assinatura da proposta que fora já rejeitada na véspera pelos operários (tabela salarial já, resto do contrato a negociar até dia 27, inquérito ao Ministério do Trabalho). Os trabalhadores foram na onda e abandonaram o cerco ao palácio.

Assim, os tais representantes conseguiram levar a água ao seu moinho ainda com alguns sobressaltos. A grande e verdadeira vitória dos operários da construção civil foi a sua grande determinação de luta pelos seus direitos, dizendo não a conciliações e acordos de Gabinetes, fartos de serem aldrabados por falhanças doces (quando não «disciplinados» à cacetada). Muitas lições há a recolher para as novas e cada vez mais decisivas lutas que se seguirão. Os operários da construção civil não deixarão por certo de pedir contas àqueles dos seus representantes que obedientes a jogadas partidárias, a elas subordinaram os seus interesses e a sua luta.

Quanto ao desfecho, o dia 27 o dirá. O ministro Tomás Rosa já anda para aí a dizer que não aceita o inquérito ao seu Ministério. Uma coisa pelo menos o almirante terá aprendido: que com os Operários da Construção Civil não brinca! Que se o Governo não serve os trabalhadores só tem um caminho — é pôr-se a andar!

A MANIFESTAÇÃO DE DOMINGO

Entretanto um secretário-provisório de 105 C. T. tinha convocado a Manifestação que no domingo se

dirigiu ao Terreiro do Paço. O grau de intensidade que a luta de classes neste momento atinge em Portu-

gal, a indignação que as manobras reacçãoárias dos actuais governantes têm causado nos trabalhadores, o desejo de lutar contra a burguesia, pela revolução socialista e pelo fim da exploração faziam desde logo prever que esta iniciativa encontraria um forte eco nas massas.

Assim, apesar de ser evi-

dente o tom recuado das palavras de ordem bem como o facto de toda a manifestação se destinar mais uma vez a servir de moeda de troca nas negociações que o PC desenvolve com o PS e PPD, as organizações revolucionárias estiveram presentes e convocaram também os seus militantes.

COMUNICADO DO MES

O MES saúda a classe operária, o povo trabalhador, os soldados e marinheiros, os sargentos e oficiais revolucionários presentes nesta manifestação.



1. As recentes lutas operárias e a maioria das movimentações de massa mostram que na actual fase da luta de classes os trabalhadores se aperceberam claramente que os seus problemas não podem ser resolvidos pelo Governo da burguesia.

As massas trabalhadoras ao reivindicarem a melhoria das suas condições de vida e de trabalho, manifestam simultaneamente a convicção de que o actual poder político e o velho aparelho de Estado burgues já nada lhes poderão oferecer, pelo contrário, tudo lhes procurará roubar. Isto é, as massas trabalhadoras põem, neste momento, claramente em causa o poder político e a sua natureza, adquirindo a convicção de que só com a sua acção revolucionária e a tomada do poder avançarão na resolução dos seus problemas.

Neste momento histórico, apesar das massas populares darem cada vez mais provas de dizer não ao reformismo e sim à Revolução socialista, alguns políticos de gabinete tentam negociar nas costas do povo trabalhador a conciliação com os sociais-democratas, utilizando os explorados e oprimidos como instrumentos para as suas manobras.

O MES considera que várias palavras de ordem apontadas para a manifestação não tem em conta o actual avanço político da luta de massas e nesse sentido alerta todos os camaradas trabalhadores, soldados e marinheiros para não se deixarem enganar por palavras de ordem reformistas e saúda nesta jornada a unidade revolucionária que a luta de classes vai cimentando e que será imparável e vitoriosa.

2. Neste momento histórico em que as manobras dos fascistas e sociais-democratas, dentro e fora dos quartéis encontram pela frente a força unida dos explorados, a vontade determinada dos oprimidos, o Movimento de Esquerda Socialista saúda nesta jornada, a firme disposição dos trabalhadores e dos soldados em barrarem o caminho ao fascismo, varrendo os reacçãoários fascistas ou sociais-democratas dos postos de comando onde ainda se agarram como lapas.

O MES estará presente a esta jornada lutando para que ela contribua para o avanço da ofensiva popular até à vitória, para o reforço do Poder Popular e para a Revolução socialista.

Avante com a ofensiva popular até à vitória
Avante por um Governo revolucionário
Avante pelo poder popular
Viva o socialismo
Viva o comunismo

Lisboa, 15 de Novembro de 1975 - 21h
O Secretariado da Organização Regional de Lisboa
do Movimento de Esquerda Socialista



malogro? Que o Governo e o CR que estes senhores pretendem, nunca porão em prática uma política de classe que permita resolver (em proveito dos trabalhadores) a actual crise económica? Que tal política só será possível com um Governo Revolucionário (o que pressupõe que os explorados deste país tenham resolvido a seu favor a actual crise de poder) e nunca por um novo Governo de conciliação? Que um novo Governo de conciliação (ainda que mais há esquerda) não evita, apenas

adia, a vitória do fascismo? Para que todos estes obstáculos fiquem pelo caminho, impõe-se que as perspectivas revolucionárias ganhem as massas. A ofensiva popular só será levada à vitória no combate sem tréguas à burguesia. Uma coisa é certa: a própria agudização da luta de classes abre um campo propício à afirmação e à vitória das forças revolucionárias. E indispensável que transformemos esta possibilidade em realidade pois não há outra via para a vitória do socialismo.





VIVA A REPÚBLICA

A guerra de resistência poderá durar ainda mais muitos anos, as nossas cidades poderão ser destruídas, muitos dos nossos camaradas irão morrer mas **NÃO NOS DEIXAREMOS INTIMIDAR.** À violência reaccionária e mercenária, responderemos com implacável violência revolucionária do povo em armas; saberemos ser dignos dos 14 anos de luta contra o colonialismo, saberemos honrar a memória dos heróis caídos no combate contra a opressão.

LOPO DO NASCIMENTO

(extratos da proclamação de independência)

Em nome do Povo Angolano, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), proclama solenemente perante a África e o Mundo a Independência de Angola.

Nesta hora o Povo Angolano e o «Comité» Central do MPLA observam um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela Independência da Pátria.

Correspondendo aos anseios mais sentidos do Povo, o MPLA declara o nosso País constituído em República Popular de Angola.

Durante o período compreendido entre o encontro do Alvor e esta Proclamação, só o MPLA não violou os acordos assinados.

Quanto a Portugal, o desrespeito aos Acordos de Alvor é manifesto, entre outros, no facto de sempre ter silenciado a invasão de que o nosso País é vítima por parte do exércitos regulares e de forças mercenárias.

Não obstante as organizações fantoches conluídas com exércitos invasores terem de há muito sido denunciadas pelo povo angolano e por todas as forças progressis-

seus agentes, na luta pela edificação de uma sociedade sem exploradores nem explorados.

A força da vontade popular, a longa luta armada e a defesa intransigente dos interesses das camadas mais exploradas, consagraram o MPLA como o único representante do Povo angolano e força dirigente da República Popular de Angola.

Os Órgãos do Estado na República Popular de Angola guiar-se-ão pelas directrizes superiores do MPLA mantendo-se assegurada a primazia das estruturas do Movimen-



to sobre as do Estado.

Com a proclamação da República Popular de Angola, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) são institucionalizadas em exército nacional.

As FAPLA, como força libertadora da República Popular de Angola, caberá defender a integridade territorial do País, e na qualidade de exército popular, participar ao lado do Povo na produção para a grandiosa tarefa da reconstrução nacional.

Pondo ponto final ao colonialismo e barrando decididamente o caminho ao neocolonialismo, o MPLA afirma, neste momento solene, o seu propósito firme de mudar radicalmente as actuais estruturas, definindo desde já que o objectivo da reconstrução económica será a satisfação das necessidades do Povo.

A luta pela Independência económica será, consequentemente uma constante da nossa estratégia.

Neste contexto reveste-se de preponderante importância a produção como frente de combate e condição basililar e vital para o avanço da nossa resistência. E para dar unidade de acção a todo o esforço produtivo do nosso Povo, para tirar o máximo rendimento do trabalho das massas, para que seja efectivamente garantido o apoio às rigorosas FAPLAS, a República Popular de Angola tomará todas as medidas necessárias para enfrentar a situação decorrente da invasão do nosso País.

A República Popular de Angola considera tarefa prioritária, vital e inalienável a expulsão dos exércitos Zairenses, Sul Africanos e dos fascistas portugueses, assim como as dos fantoches angolanos e mercenários de várias origens, que constituem as forças conjugadas do imperialismo na agressão ao nosso País.

A República Popular de Angola propõe-se dinamizar e apoiar a instauração do poder popular à escala nacional. As massas trabalhadoras exercerão assim o poder a todos os escalões, única garantia da formação do homem

novo e do triunfo da nossa revolução.

A República Popular de Angola reafirmará o propósito inabalável de conduzir um combate vigoroso contra o analfabetismo em todo o País, promover e difundir uma educação livre, enraizada na cultura do Povo Angolano.

Preocupação dominante do novo Estado será também a abolição de todas as discriminações de sexo, idade, origem étnica ou racial e religiosa, e a instituição rigorosa do justo princípio:

— «a trabalho igual, salário igual» —

A República Popular de Angola sob a orientação justa do MPLA estimulará o processo da emancipação da mulher Angolana, direito conquistado através da sua participação na luta de libertação Nacional e na produção para a resistência generalizada do nosso Povo.

A política externa da República Popular de Angola, baseada nos princípios de total independência, seguidos desde sempre pelo MPLA, será de não alinhamento.

A República Popular de Angola, país empenhado na luta anti-imperialista terá por aliados naturais os países africanos, os países socialistas e todas as forças progressistas do Mundo.



A BANDEIRA NACIONAL tem duas cores dispostas em duas faixas horizontais. A faixa superior é de cor vermelha-rubro e a inferior de cor preta e representam: Vermelho-rubro — O sangue derramado pelos angolanos durante a opressão colonial, a luta de libertação nacional e a revolução;

Preta — O Continente Africano. No centro figura uma composição constituída por uma secção em roda dentada, símbolo da classe operária e da produção industrial; por uma catana, símbolo da classe camponesa da produção agrícola e da luta armada; e por uma estrela, símbolo do internacionalismo e do progresso.

A roda dentada, a catana e a estrela são de cor amarela, que representa as riquezas do país.

Compatriotas, Camaradas! No momento em que o Povo Angolano se cobre de glória pela vitória do sacrifício dos seus melhores filhos, saudamos na República Popular de Angola o nosso primeiro Estado, a libertação da nossa querida Pátria.

Unidos de Cabinda ao Cunene, prosseguiremos com vigor a Resistência Popular Generalizada e construiremos o nosso Estado Democrático e Popular.

HONRA AO POVO ANGOLANO
GLÓRIA ETERNA AOS NOSSOS HERÓIS
A LUTA CONTINUA
A VITÓRIA É CERTA

POPULAR DE ANGOLA

Poder Popular

Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S Tomé e Príncipe «condenam o comportamento do Governo português no processo de descolonização de Angola, que criou as condições que possibilitaram a ocupação de partes do território pelas forças estrangeiras, o que constitui uma cumplicidade objectiva na agressão contra o povo angolano»

(Do comunicado da reunião da CONCP em Sourenço Marques)

tas do mundo, o governo português teimou em considerá-las como movimentos de libertação, tentando empurrar o MPLA para soluções que significariam uma alta traição ao povo angolano.

Em Dezembro de 1956, no Manifesto da sua fundação o MPLA vinculava já a sua determinação inquebrantável de lutar por todos os meios para a independência completa de Angola afirmando: — «o colonialismo não cairá sem luta. É por isso que o Povo Angolano só se poderá libertar pela guerra revolucionária. E esta apenas será vitoriosa com a realização de uma frente de unidade de todas as forças anti-imperialistas de Angola que não esteja ligada à cor, à situação social, a credos religiosos e tendências individuais; será vitoriosa graças à formação de um vasto Movimento Popular de Libertação de Angola».

Força galvanizadora e de vanguarda do nosso povo, o MPLA inicia heroicamente na madrugada de 4 de Fevereiro de 1961 a insurreição geral armada do Povo Angolano contra a dominação colonial portuguesa.

Derrotado o colonialismo, reconhecido o nosso direito à independência que se materializa neste momento histórico, está realizado o programa mínimo do MPLA. Assim nasce a jovem República Popular de Angola, expressão da vontade popular e fruto do sacrifício grandioso dos combatentes da libertação nacional.

Porém, a nossa luta não termina aqui. O objectivo é a independência completa ao nosso País, a construção de uma sociedade justa e de um Homem Novo.

Realizando concretamente as aspirações das largas massas populares, a República Popular de Angola sob a orientação do MPLA caminha progressivamente para um Estado de Democracia Popular. Tendo por núcleo a aliança dos operários e camponeses, todas as camadas patrióticas estarão unidas contra o imperialismo e os

O ATAQUE TERRORISTA DOS "SOCIALISTAS" À NOSSA SEDE DE AVEIRO

Camaradas:

Ontem, dia 12, pelas quatro horas da manhã, à sede do nosso movimento, em Aveiro, foi assaltada e o seu recheio destruído.

Quem reivindicou o assalto? Nada mais nada menos que o PS, o chamado Partido Socialista (de nome), como represália — diz ele — a um pretensão assalto nosso à sua sede em Beja.

No entanto, como a sede do PS nesta cidade está intacta, como toda a população pode comprovar, cumpre-nos esclarecer toda a história caluniosa inventada por este partido, justificação da sua acção terrorista.

UMA CHANTAGEM PROVOCATÓRIA

Cerca das 23 horas do dia 11 chega à nossa sede, em Beja, uma chamada de um «responsável do Partido Socialista», anunciando que nos dava 5 minutos para lhes desocuparmos a sede. Manifestamos a nossa estranheza, pois que não tínhamos ocupado sede alguma. Insistiu em que, de facto, não se havia enganado no número e que nós, MES, lhes tínhamos ocupado efectivamente a sede. Percebemos claramente a chantagem e — mais do que a chantagem — a provocação. Desligámos e aguardámos.

Entretanto, chegam-nos notícias de que o partido em questão (dito socialista) tinha contactado os nossos camaradas do Porto, ameaçando ocupar as nossas sedes do Norte, «se não lhes desocupássemos a sua sede de Beja».

Explicámos então aos nossos camaradas e explicamos agora a todos os trabalhadores o que efectivamente servira de pretexto a essa força da burguesia, que socialista se chama, para destruir a nossa sede da Beira Litoral.

TENTATIVA DO PS PARA CONFUNDIR A POPULAÇÃO

Como normalmente acontece, as Comissões de Moradores da cidade haviam requisitado, através da Câmara, uma casa subprovetada, pertencente à família Vilhena, ex-latifundiários, que destinariam a Infância Popular ou Escola Primária (decisão já aprovada em Plenário de Moradores).

Tendo tomado conhecimento de que, na ausência do presidente da CA da Câmara, a referida casa havia sido alugada pelo PS, com o aval do sr. Quirino Catita, da mesma Câmara, nas costas dos moradores, a Intercomissão de Moradores de Beja decidiu proceder à mobilização imediata da população para a ocupação da casa que lhe pertencia, o que foi feito, com a participação também dos soldados do RAB e da BA —.

Entretanto, o PS tentava mobilizar também em Beja

e não só) os seus apaniguados, apregoando que «um bando de reaccionários lhes havia ocupado a sede». Algumas das poucas pessoas que mobilizou dirigiram-se inclusivamente à sede (verdadeira) do PS, sita na mesma rua (dr. Manuel de Arriaga), não se lhes tendo deparado lá nada de anormal. Só a casa requisitada pela Comissão de Moradores estava efectivamente ocupada e, como é evidente, o Movimento de Esquerda Socialista, enquanto organização política, não tomara qualquer iniciativa em relação ao assunto, só tendo conhecimento dos factos porque o PS, intrometendo-se, fizera com que a população fosse alertada. Daí que não tivesse que desocupar uma casa que não ocupara e que tão pouco era a sede do PS (nem passou a ser, porque a questão foi resolvida a favor dos moradores).

As centenas de trabalhadores que acorreram ao chamamento da Intercomissão podem testemunhar o que dizemos. E o que dizemos agora foi também o que dissemos na devida altura, telefonicamente, à direcção do PS, em Lisboa.

Em vão, pelos vistos. No entanto, o assalto à nossa sede de Aveiro, por parte do partido do sr. Soares, não nos espanta nada. Quem, com calúnia, chantagem e provocação começa, com terrorismo termina. São métodos que também não estranhámos no PS. O VI Governo também os utiliza.

Pretender destruir os órgãos de Poder Popular, e nomeadamente as Comissões de Moradores de Beja (onde há naturalmente moradores de diversos partidos) querendo fazer com que o povo os confunda com um partido, é já tática velha que a burguesia utiliza e os trabalhadores conhecem. Não é por acaso que os sociais-democratas do PS, cada vez mais sociais-fascistas (em liberdade) e menos democratas, utilizando meios que fazem inveja ao ELP e ao MDLP, caluniam, provocam e destroem sedes de partidos de trabalhadores. As forças da burguesia estão evidentemente interessadas em anular as organizações consequentemente revolucionárias como a nossa que, ao lado dos trabalhadores e sem dar tréguas à burguesia, lutarão até à vitória pelo socialismo e pela sociedade sem classes.

Os militantes do MES, militantes comunistas, porque verdadeiramente socialistas, advertem solenemente os nacional-socialistas do P. S. que saberão responder a todas as provocações, com todos os meios possíveis, e que não será a destruição de uma sede que os fará recuar na luta pelo socialismo e pelo comunismo.

Beja, 13 de Novembro de 1975

Secretariado da Organização Regional do B. Alentejo do MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA

Mas as forças reaccionárias e imperialistas que tentaram e tentam a todo o custo aniquilar as conquistas das massas trabalhadoras em Portugal e Angola tentam também impedir a actuação dos revolucionários e progressistas nas escolas. Foi assim que nos liceus Maria Amália, D. Pedro V e D. Leonor e no ISOSP essas forças destruíram propaganda e material de apoio ao MPLA e agrediram fisicamente militantes de esquerda. Se nos liceus foi possível a actuação de bandos neonazis que selvaticamente agredem e intimidam militantes de esquerda, no ISOSP foi visível a fúria antipopular da corja de reaccionários de retornados de Angola que actuando perfeitamente organizados assaltaram e destruíram a tiro e à pedrada as instalações do Instituto.

Mas as massas populares compreendem claramente que os ataques que os reaccionários e fascistas lançam contra os militantes progressistas e revolucionários nas escolas não são mais do que uma pequena peça do ataque que os reaccionários lançam sobre as massas populares com a cumplicidade actuante do VI Governo de direita e do C.R. (ler Conselho da Reacção).

As massas populares já ontem souberam esboçar uma resposta clara a estas provocações. Foi assim que operários das zonas do Liceu D. Pedro V e ISOSP acorreram ao apelo dos estudantes revolucionários e se juntaram a eles no combate aos bandos fascistas.

Só assim, avançando na prática com a unidade dos revolucionários nas fábricas, nos quartéis, nos campos e nas escolas será possível levar a ofensiva popular à vitória.

PORTO resposta à ofensiva da direita

Apesar de convocada em cima da hora a manifestação convocada pela F. U. R. e pelo P. C. P. em resposta aos atentados terroristas no Porto congregou muitos milhares de pessoas que deram provas de impressionante firmeza e determinação revolucionária.

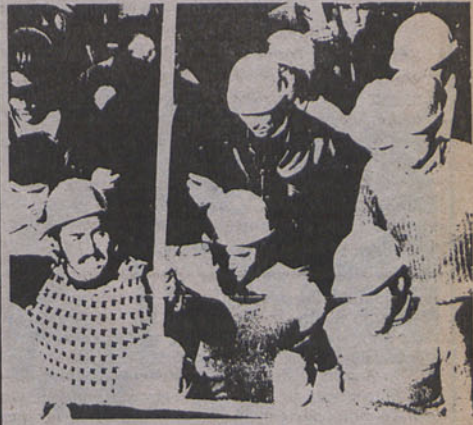
O comunicado da F. U. R. que convocou a manifestação e que de certo modo resume a situação dos últimos dias é do seguinte teor:

QUE A POPULAÇÃO RESPONDA ÀS ACÇÕES TERRORISTAS DOS REACCIÓNARIOS.

Estamos a assistir no Porto a uma descarada ofensiva reaccionária.

Na sequência da manifestação promovida pelo P. S. e o P. P. D. e como já vem sendo habitual após tais manifestações foram desencadeadas acções violentas de assalto às sedes da União dos Sindicatos do Porto, Intersindical, Rádio Clube Português e U. E. C.

Mais uma vez aqueles que apregoam a defesa da ordem e da autoridade mostraram a sua cumplicidade perante estas acções terroristas. Os lacaios militares de Veloso mostraram uma vez mais serem muito zelosos na defesa dos intuídos reaccionários. Assim, em vez de revistarem os terroristas salteadores da sede da U. S. P. preferiram revistar os seus ocupantes que aí se encontravam em legítima defesa. Em vez de se oporem às acções reaccionárias foi a própria P. M. quem abriu as portas à entrada dos assaltantes para estes, sobre o olhar cúmplice da P. M. e P. S. P., saquearem e queimarem no exterior o recheio da sede da U. S. P.



No Rádio Clube Português as manobras dos reaccionários igualmente se inseriram na finalidade precisa de boicotar uma voz que não tem estado na defesa dos interesses dos exploradores. Depois de o Conselho da Contra-Revolução se ter mostrado como grande inspirador das acções terroristas e bombistas da burguesia esta sente chegada a hora de tentar calar mais uma emissora que não tem sido submissa aos seus interesses repressores. Por todo o País burgueses em pânico lançam por intermédio dos seus partidos, C. D. S. e outros F. L. P.'s, a ofensiva orquestrada e de desespero contra as massas populares as suas organizações e quem as apoia. Os lacaios do capitalismo já nos mostraram que são capazes de atajar a bomba como o fizeram mais uma vez em frente do R. C. P. Mas os trabalhadores do Norte do País saberão responder palmo a palmo à acção criminosa e terrorista dos lacaios do capitalismo.

Só um Governo de Unidade Revolucionária será capaz de dar resposta aos anseios das massas e liquidar de uma vez por todas o estrebuchar da burguesia.

PELA OFENSIVA POPULAR VITORIOSA!
O Secretariado Provisório da F. U. R. (Porto)

a contra-revolução nas escolas

SECTOR ESTUDANTIL DA O.R.L. DO MES

Sempre souberam os estudantes portugueses lutar contra a guerra colonial e reconhecer como legítimos representantes dos povos das ex-colónias os seus movimentos de libertação (PAIGC, MLSTP,



MPLA, FRELIMO e FRETILIN). Foi dentro desta tradição de luta que os militantes estudantis do MES, conjuntamente com outras forças políticas, comemoraram o dia 11 de Novembro data da independência de Angola, realizando «meetings», montando bancas, hasteando a bandeira negra e rubra do MPLA num conjunto de liceus e escolas superiores.

COIMBRA

manifestação unitária de apoio ao MPLA

No dia 11 de Novembro realizou-se em Coimbra uma manifestação estudantil anti-imperialista e de apoio ao MPLA, convocada pelas organizações estudantis do MES, LCI e MDP e pela UEC. A manifestação, em concentração na Praça da República, contou com a participação de cerca de dois mil estudantes, tendo sido aprovada no comício final uma moção que passamos a transcrever:

MOÇÃO

Hoje, 11 de Novembro de 1975, data da criação da República Popular de Angola sob a bandeira do MPLA, os estudantes e trabalhadores aqui presentes bem como as organizações que convocaram a manifestação, saúdam o povo angolano, o MPLA, as FAPLA e dirigem uma saudação especial à heróica juventude angolana e à sua organização a J MPLA

1.º Considerando que as forças imperialistas que em Angola se apiam na FNLA-UNITA, lançam um vilento ataque sobre o povo trabalhador de Angola, procurando dominá-lo pelo terror e pela rapina com vista à perpetuação da exploração sob a forma de neo-colonialismo.

2.º Considerando que o seu objectivo é a destruição do MPLA, único representante do povo angolano que durante 14 anos pegou em armas e lutou consequentemente contra a opressão colonial-fascis-

ta, tal como hoje luta contra a agressão imperialista e os seus lacaios.

3.º Considerando que a vitória do povo trabalhador angolano, está intimamente ligada à vitória dos trabalhadores portugueses, e que só a solidariedade internacionalista dos trabalhadores de todo os países pode derrotar o imperialismo, seu inimigo comum, os estudantes e trabalhadores de Coimbra aqui presentes, bem como as organizações que convocaram esta manifestação:

a) Denunciam a atitude do VI Governo face ao processo de descolonização de Angola.

b) Denunciam a agressão imperialista e a tentativa de recolonização de Angola por parte de forças reacionárias portuguesas (ELP, MDLP) na sequência directa da acção desenvolvida por Spínola, enquanto teve as rédeas do processo de descolonização.

c) Exigem dos órgãos do poder, reconhecimento imediato da República Popular de Angola e do seu Governo de unidade nacional proposto pelo MPLA.

Reiteram o seu total apoio à luta do povo angolano e apelam para a intensificação dos laços de amizade e cooperação entre o Povo Português e o povo de Angola na base dos princípios do internacionalismo proletário.

Viva a República Popular de Angola!

CUBA

(Alentejo)

a luta pela saúde

A saúde e a fase actual da luta de classes.

Foi este o tema central do encontro do Núcleo de Saúde do MES no último fim-de-semana em Cuba (Alentejo).

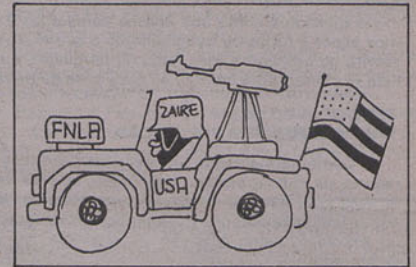
A primeira questão foi perceber o desenrolar da experiência do concelho através de uma visita ao hospital e da discussão sobre as opções de trabalho e os condicionamentos locais.



Daqui ressaltou a tese sempre defendida pelo Movimento de que a luta pela saúde se insere na luta mais global pelo poder popular. A descentralização dos postos de saúde, o controle da assistência pelas comissões de moradores e trabalhadores e pelos conselhos de aldeia são já realidade naquela região.

No entanto — e a reflexão incidiu sobre este ponto — a saúde de uma fase insurreccional tem características próprias (direcção política, prioridades definidas, colocação de técnicos, consumo de medicamentos) e o Governo de unidade revolucionária é o único que, avançando com a Revolução socialista e a tomada do poder pelos trabalhadores, está em condições de responder às necessidades das populações também no campo da saúde.

Assim, temos que levar a ofensiva popular à vitória!



PENICHE

mais uma vitória sobre a reacção capitalista

O Núcleo de Peniche do Movimento de Esquerda Socialista (M.E.S.) saúda o povo de Peniche, em particular as suas classes trabalhadoras, que ontem, no plenário da população do concelho deram uma autêntica lição à burguesia reacionária, demonstrando a sua firme determinação de não deixar retroceder as conquistas feitas após o 25 de Abril.

As manobras do governador civil e dos partidos burgueses PS e PPD para substituir a Comissão Administrativa da Câmara em jogos de gabinete e sem auscultar a população, a resposta clara e unânime foi: NÃO!

Ficou bem explícito que o povo de Peniche não está disposto a permitir resoluções que visam a destruição de uma comissão que tem apoiado as comissões de moradores e outros órgãos de poder popular.

Os comunicados dos secretariados locais do PS e PPD, com ataques pessoais de baixo quilate contra militantes antifascistas, se por um lado são compreensíveis por parte de partidos onde se albergam os fascistas de antes do 25 de Abril, agora transformados em «democratas» e «socialistas», por outro lado são bem síntoma do pânico e desespero que atingiu

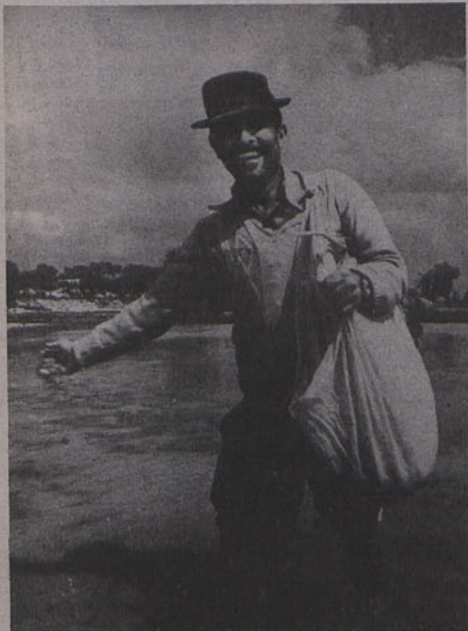
a burguesia face à ofensiva das forças populares.

Tal como os soldados do RASP/CICAP e da Base de Tancos, os trabalhadores do Ministério da Comunicação Social, os metalúrgicos, os operários da construção civil, os assalariados rurais do Alentejo, também o povo de Peniche soube cortar o passo às tentativas de avanço da reacção capitalista.

Numa altura em que a crise política atingiu um ponto culminante, em que a burguesia tem o VI Governo e o Conselho da «Revolução» mas sente-se incapaz de governar e exercer o seu domínio de classe, torna-se imperioso o reforço dos órgãos de poder popular e a sua ligação à comissões de soldados e marinheiros, bem como a união de todas as forças verdadeiramente interessadas no avanço da revolução socialista em torno de um programa de unidade revolucionária, para dar o golpe de misericórdia no poder político da burguesia e levar a ofensiva popular à vitória.

GOVERNO DE DIREITA NÃO, GOVERNO REVOLUCIONÁRIO SIM
MORTE AO FASCISMO E A QUEM O APOIAR
AVANÇAR, AVANÇAR PODER POPULAR

GRAMSCI a questão camponesa



Impondo o controlo operário sobre a indústria, o proletariado dirigirá a indústria para a produção de máquinas agrícolas para os camponeses, de tecidos e calçado para os camponeses, de luz eléctrica para os camponeses, impedirá que a indústria e os bancos explorem os camponeses e os subjuguem como escravos nos cofres-fortes. Destruindo a autocracia na fábrica, destruindo o aparelho opressivo do Estado capitalista, instaurando o Estado operário, que subjuguem os capitalistas à lei do trabalho útil, os operários destruirão todas as cadeias que têm o camponês amarrado à sua miséria, ao seu desespero; instaurando a ditadura operária, tendo na mão a indústria e os bancos, o proletariado orientará a enorme potência da organização estatal para manter os camponeses na sua luta contra os proprietários e contra a natureza e a miséria; dará o crédito aos camponeses, instituirá cooperativas, fará obras públicas de saneamento e de irrigação.

(...) A palavra de ordem «a terra aos camponeses» deve ser entendida no sentido de que as empresas agrícolas e as modernas feitorias devem ser controladas pelos operários agrícolas organizados por empresa agrícola e por feitoria, deve significar que as terras de cultura extensiva devem ser administradas pelos conselhos dos camponeses pobres das aldeias e povoados rurais; os operários agrícolas, os camponeses pobres revolucionários, e os socialistas conscientes não podem conceber como útil para os seus interesses e às suas aspirações, não podem conceber como útil para os fins da educação proletária, indispensável para uma república comunis-

ta, a propaganda pelas «terras incultas ou mal cultivadas». Esta propaganda não pode ter outro resultado senão uma dissolução da consciencia e da fé revolucionária, não pode ter por resultado senão uma monstruosa difamação do socialismo. O que é que obtém um camponês pobre invadindo uma terra inculta ou mal cultivada? Sem máquinas, sem uma habitação no local de trabalho, sem crédito para esperar o tempo da colheita, sem instituições cooperativas que adquiram a colheita (se é que o camponês chega à colheita sem se ter suicidado antes no mais forte dos arbustos, do matagal, ou na mais tísica figueira selvagem, da terra inculta) e o salvem das gar-

ras dos usurários, o que é que pode obter um camponês pobre com a invasão? Satisfaz, num primeiro momento, os seus instintos de proprietário, sacia a sua primitiva avidez de terra; mas num segundo momento, quando cai na conta de que os braços não bastam para escavar uma terra que apenas a dinamite pode esgaratear, quando cai na conta de que são necessárias as sementes e os adubos e os instrumentos de trabalho, e pensa que ninguém lhe dará todas estas coisas indispensáveis, e pensa na série futura de dias e de noites a passar numa terra sem casa, sem água, com a malária, o camponês sente a sua impotencia, a sua solidão, a sua desespera-

da condição, e torna-se um brigante, não um revolucionário, torna-se um assassino dos «senhores» e não um lutador pelo comunismo.

Por isso os operários e os camponeses revolucionários e os socialistas conscientes não viram um reflexo dos seus interesses e das suas aspirações nas iniciativas parlamentares pelo controlo sobre a indústria e pelas terras «incultas ou mal cultivadas», viram nestas iniciativas apenas o «cretinismo» parlamentar, a ilusão reformista e oportunista, viram a contra-revolução. E mesmo assim a acção parlamentar poderia ter sido útil: poderia ter servido para informar todos os operários e todos os campo-

neses dos termos exactos do problema industrial e agrícola e dos meios necessários e suficientes para o resolver. Teria podido servir para fazer conhecer à grande massa de camponeses de toda a Itália que a solução do problema agrícola pode ser apenas actuada pelos operários urbanos da Itália setentrional, pode apenas ser actuada pela ditadura proletária.

A regeneração económica e política dos camponeses não deve ser procurada numa divisão das terras incultas ou mal cultivadas, mas, na solidariedade do proletariado industrial, que tem necessidade, por sua vez, de solidariedade dos camponeses, que tem «interesse» em que o capitalista não renasça economicamente da propriedade rústica e tem interesse em que a Itália meridional e as ilhas não se tornem numa base militar de contra-revolução capitalista. Impondo o controlo operário sobre a indústria, o proletariado dirigirá a indústria para a produção de máquinas agrícolas para os camponeses, de tecidos e calçado para os camponeses, de luz eléctrica para os camponeses, impedirá que a indústria e os bancos explorem os camponeses e os subjuguem como escravos nos cofres-fortes. Destruindo a autocracia na fábrica, destruindo o aparato opressivo do Estado capitalista, instaurando o Estado operário, que subjuguem os capitalistas à lei do trabalho útil, os operários destruirão todas as cadeias que têm o camponês amarrado à sua miséria, ao seu desespero; instaurando a ditadura operária, tendo na mão a indústria e os bancos, o proletariado orientará a enorme potencia da organização estatal para manter os camponeses na sua luta contra os proprietários e contra a natureza e a miséria; dará o crédito aos camponeses, instituirá cooperativas, garantirá a segurança pessoal e dos bens contra os saqueadores, fará obras públicas de saneamento e de irrigação. Fará tudo isto porque é seu interesse incrementar a produção agrícola, porque é seu interesse ter e conservar a solidariedade das massas camponesas, porque é seu interesse dirigir a produção industrial para o trabalho útil de paz e de fraternidade entre cidade e campo, entre Norte e Sul.

(Não assinado, L'Ordine Nuovo, 3 de Janeiro de 1920, I, n.º 32, sob a rubrica «A semana política»)



A IMPORTÂNCIA DAS COMISSÕES DE SOLDADOS

continuação do n.º anterior

No último número do Poder Popular começamos a publicação de alguns textos discutidos na V Assembleia de Militantes.

Começamos por definir Comissões de Soldados como órgãos autónomos, democráticos, apertados e representativos de uma unidade militar. Indicamos também algumas ideias sobre o processo correcto a seguir na eleição das Comissões de Soldados.

Estes órgãos que são as estruturas de massa dos soldados, e marinheiros, devem ser eleitos tendo na base da sua dinamização e da mobilização dos soldados, um programa de luta.

4 — Programa de luta

Como já vimos, é portanto possível, mesmo em unidades com comandos reacçãoários forçar a realização de uma assembleia de praças para eleger a representação dos soldados na ADU. Como também já atrás se disse, essa representação deve ser eleita na base do compromisso de se dedicar ao cumprimento de um programa de luta aprovado em assembleia de praças.

Do programa de luta devem constar aquelas reivindicações imediatas capazes de aglutinar na sua defesa a massa de soldados.

Assim, depende da situação de cada unidade quais os pontos que devem constar no programa. A título exemplificativo salientam-se questões como: fim-de-semana alargado, facilidade de licenças, bares e refeitórios comuns, saídas e entradas «à civil», melhor comida, melhores condições de higiene, escalas sem «padrinhos», e, no caso dos recrutas, exigência de reformulação dos programas de instrução (menos «Ordem Unida» e mais Formação Política) controlo de selecção, fins dos castigos físicos, etc.

nários), «Transportes gratuitos», «Abaixo o RDM fascista».

O Programa de Luta deve também conter pontos como o fim à disciplina fascista e militarista e a construção de uma disciplina revolucionária, com pontos concretos de reivindicação imediata: reforço da segurança do quartel contra as manobras e acções reacçãoárias internas e externas (sob o controlo dos soldados e militares progressistas), fim dos castigos arbitrários, construção de um Conselho Disciplinar da Unidade onde estejam maioritariamente presentes soldados eleitos pelos camaradas, etc.

5 — Como os camaradas sabem, neste momento, pelo novo tipo de incorporação em vigor, a recruta é o campo mais fácil de penetração e trabalho político. No entanto, porque o quotidiano do recruta é diferente do dia-a-dia do pronto, muitas vezes os oficiais reacçãoários tentam dividir os recrutas e os prontos apelando para as velhas tradições militaristas (divisão entre «maçaricos» e «velhinhos» por exemplo). Assim, aparecem frequentes vezes contradições entre recrutas e prontos aquando da eleição dos delegados à ADU ou Comissões de Soldados. Compete aos militantes revolucionários trabalhar para fazer compreender a todos os soldados (Prontos e Recrutas) que a divisão é artificial e que o que se trata fundamentalmente é de eleger camaradas para a Comissão de Soldados que, independentemente de serem prontos ou recrutas, tenham uma prática consequente na defesa dos interesses dos soldados. Deve no entanto haver a preocupação de evitar que o número de recrutas futuros oficiais (estudantes e licenciados) seja demasiado elevado, pois o funcionamento da Comissão de Soldados deve também ser entendido como ponto fundamental na luta pela criação da vanguarda de classe e tal objectivo estaria então entravado.

mais recuadas (suspensão da participação dos soldados na ADU até à satisfação das resoluções).

Qualquer que seja o caso, a continuação e reforço do funcionamento autónomo da Comissão de Soldados é fundamental.

Por outro lado não se deve rebentar com a ADU antes que ela tenha dado o máximo possível de cobertura legal para a actividade da Comissão de Soldados e para o reforço da aliança entre os soldados e os graduados progressistas. Efectivamente as ADUS são um dos locais privilegiados para, por uma actuação correcta se conseguir isolar os graduados reacçãoários e neutralizá-los, sacar os hesitantes das mãos dos reacçãoários e reforçar a aliança com os progressistas e revolucionários. No caso de ser necessário rebentar com a ADU é importante garantir que a Comissão de soldados mantenha contactos com esses graduados, se necessário por contactos directos e pessoais ou por convocação deles para a reunião da Comissão de Soldados para com ela discutirem as formas mais correctas de se colocarem ao serviço da luta progressista da unidade. A Comissão de soldados deve impor na ADU a constituição de duas Comissões onde se agreguem soldados e graduados e que também são estruturas importantes para o trabalho revolucionário de massa e para o estabelecimento das alianças necessárias: uma Comissão de Dinamização Interna e uma Comissão de Dinamização Externa. Os membros da Comissão de Soldados devem dividir-se pelas duas comissões que integrarão não só soldados e graduados da ADU mas também todos os militares que se oferecerem para o trabalho. No caso da existência de GDU este deve integrar-se nas duas Comissões.

7 — Actividade da Comissão de Soldados.

Elaboração de jornais murais frequentes com informação sobre a situação política, análise da



É função dos revolucionários saberem integrar nesse programa de luta questões mais directamente políticas como: a luta pela informação política dentro da Unidade, informação da luta dos trabalhadores e dos soldados doutras Unidades, a reivindicação de se discutir politicamente eventuais intervenções operacionais («Para que as armas dos soldados nunca se viam contra os explorados») a luta pela ligação da Unidade (por intermédio dos seus elementos progressistas) às estruturas de Poder Popular (Comissões de Trabalhadores, de Moradores, Conselhos de Aldeia, etc.).

Os revolucionários devem também conseguir que do Programa de Luta para os delegados dos soldados nas ADUS (que facilmente podem começar a funcionar autonomamente como Comissões de Soldados) constem as grandes reivindicações globais que neste momento unem as lutas dos soldados de muitas unidades: «Fim ao Pré de Miséria», «Não aos Saneamentos dos militares progressistas e revolucionários», «Avante pelo saneamento dos reacção-

6 — Relação com a ADU

A representação dos soldados na ADU deve como vimos, corresponder à Comissão de Soldados. Assim, a presença da voz dos soldados na ADU pode ser preparada convenientemente em reuniões anteriores na Comissão de Soldados, que, deste modo, organizada e coesa, não terá normalmente grande dificuldade em ganhar votações na ADU. Face a esta situação o comando e os graduados reacçãoários têm dois caminhos fundamentais a seguir: ou aceitam a sua própria perda de controlo político sobre a Unidade e o Poder da Comissão de Soldados ou boicotam pelo veto hierárquico as decisões da ADU. No segundo caso a Comissão de Soldados deve imediatamente forçar a realização de uma Assembleia de Praças onde se exija o cumprimento da decisão da ADU. Caso o comando não ceda a esta pressão, depende do grau de mobilização conseguido o avançar-se para formas mais avançadas de luta (saneamento do comando) ou



mesma e palavras de ordem (por intermédio da Comissão de Dinamização Interna, que tem a cobertura legal da ADU.)

Preparação e realização de sessões culturais de agitação (filmes, colóquios, convívios musicais etc.).

Organização de realizações desportivas.

Ligação organizada às outras Comissões de Soldados, ao nível local regional e nacional.

Ligação às Comissões de Trabalhadores, de Moradores e Conselhos de Aldeia (por intermédio da Comissão de Dinamização Externa, que também tem a cobertura legal da ADU).

Convocação de Assembleias de Praças ou Plenários Gerais de Unidade sempre que politicamente necessário.

EM FRENTE PELA CRIAÇÃO DE COMISSÕES DE SOLDADOS!
MORTE AO AMII!
SOLDADOS SEMPRE, SEMPRE AO LADO DO POVO!